

FÓRUM DAS ÁGUAS DO CARIRI

RELATO DE DENÚNCIAS

CRATO- CE
2017

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. BAIXIO DAS PALMEIRAS	3
2.1 INVASÃO	3
2.2 ACESSO A INFORMAÇÃO	3
2.3 CONFLITOS ENTRE OS FUNCIONÁRIOS E MORADORES	3
2.4 DESARCORDO SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS INDENIZAÇÕES POR MEIO DA ASSOCIAÇÃO.	4
2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA	4
3. POÇO DANTAS	5
3.1 INDENIZAÇÕES	5
3.2 ACESSO À ÁGUA E O CASO DAS CISTERNAS	5
4 ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL	6
4.1 DANOS MATERIAIS COLETIVOS	6
4.2 QUESTÃO TRABALHISTA	6
ANEXOS	7

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem o condão de expor um feixe de denúncias colhidas mediante as atividades do Fórum das Águas do Cariri, nas comunidades do Baixio das Palmeiras, Poço Dantas e Assentamento 10 de Abril. Este Fórum foi construído, inicialmente, no sentido de acompanhar as violações de direitos frente a obra do governo estadual intitulada: Cinturão das Águas do Ceará.

2. BAIXIO DAS PALMEIRAS

2.1 INVASÃO

O distrito de Baixio das Palmeiras, localizado ao sul do município de Crato, foi surpreendido no ano de 2012 com os estudos para implantação do Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Os moradores e moradoras das quatro comunidades atingidas no distrito (Baixio das Palmeiras, Baixio do Muquém, Baixio dos Oitis e Chapada no Baixio), que totalizam 318 famílias, afirmam que não houve identificação e solicitação para realizar os estudos em suas propriedades. Cercas de arame foram cortadas, áreas florestais foram desmatadas sem que a população fosse informada do que se tratava. Os veículos em que a VBA (empresa responsável pelo estudo) trafegava pelo distrito não estava identificado e os funcionários não portavam crachá.

2.2 ACESSO A INFORMAÇÃO

O distrito de Baixio das Palmeiras também não foi oficialmente convocado para qualquer tipo de reunião ou audiência para explicar a obra. Em julho de 2012 a Associação Rural do Baixio das Palmeiras (entidade que atua nas quatro comunidades) promoveu um encontro com os moradores e moradoras que estavam aflitos sem saber do que se tratava. Os rumores eram de que uma grande obra hídrica cortaria o distrito.

Na ocasião a Associação Rural do Baixio das Palmeiras, com apoio do Fórum Araripeense de Combate à Desertificação, convocou ONGs, universidades, pastorais, movimentos sociais, sindicatos e a Cogerh com objetivo de obter resposta sobre o que estava ocorrendo.

Durante as falas angustiadas da população o representante da Cogerh explicou do que se tratava. Num clima de tensão e revolta contra os trabalhadores que operavam pela empresa VBA os participantes da reunião fizeram um abaixo-assinado e encaminharam para a Promotoria do Juizado Especial de Crato solicitando a transparência das informações e reuniões sistemáticas sobre o andamento do CAC.

Em dezembro do mesmo ano, conforme consta em ata da Promotoria, a VBA e a Secretaria de Recursos Hídricos comprometeram-se a fornecer todas as informações referentes ao CAC para a Associação Rural do Baixio das Palmeiras que seria a entidade responsável para repassar as informações da população atingida.

2.3 CONFLITOS ENTRE OS FUNCIONÁRIOS E MORADORES

Sem cumprir com a determinação da promotoria a Associação Rural do Baixio das Palmeiras convocou a SRH e a VBA para reuniões no mês de março e abril de

2013. Na reunião do dia 17 de abril de 2013 o secretário da SRH, Ramon Rodrigues, garantiu que a partir daquela data todas as informações seriam fornecidas e que a SRH junto com VBA fariam um esforço para estreitar o canal reduzindo o número de 113 famílias atingidas para 28. A Associação teria acesso a todas as informações.

Nos meses seguintes, Jacira, a assistente social da VBA e responsável pelo cadastro dos atingidos, consegue se infiltrar entre os moradores e moradoras fazendo o cadastro de desapropriação e afastando a população da associação. O conflito entre a população e a associação foi instaurado. As primeiras indenizações são pagas para alguns sem que os demais soubessem dos valores. Para os atingidos ficar do lado da associação representava um perigo e o conflito entre favoráveis e contrários ao CAC se acirrou no distrito assim como os conflitos entre atingidos e os funcionários da VBA e SRH.

Em 12 de junho de 2013 uma nova audiência foi convocada pela Associação Rural do Baixio das Palmeiras. Dessa vez na Câmara Municipal do Crato a SRH, a VBA e a Cogerh não compareceram na sessão.

2.4 DESARCORDO SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS INDENIZAÇÕES POR MEIO DA ASSOCIAÇÃO.

No dia 9 de maio de 2013 os moradores Valdemar de Sousa Silva e José da Anunciação Lira Neto, com assessoria da advogada Danielle Pereira Clemente, foram ao Ministério Público Federal, em Juazeiro do Norte, e fizeram uma denúncia do descumprimento de acordo feito pela VBA.

Na Defensoria Pública do Crato a associação e os atingidos conseguiram anular os cadastros de desapropriação feito pela VBA de forma irregular e sem transparência. A partir dessa reunião o Defensor Público Emmanuel Santana a pedido da associação estabelece que a SRH ficaria responsável pelo cadastro social devido os inúmeros conflitos provocados com a VBA.

A SRH se comprometeu a começar uma nova etapa de negociação dessa vez procurando informar, dialogar e respeitar a população do distrito. Os laudos da indenização seriam apresentados aos atingidos e a associação teria acesso a todas as informações, tudo seria realizado coletivamente.

Mas em dezembro de 2013 as primeiras indenizações foram pagas de forma sigilosa sem que os outros atingidos tivessem acesso. Esse fato dividiu ainda mais a população do distrito pois aqueles que negociassem isoladamente seriam beneficiados.

No dia 3 de abril de 2014 a associação marcou nova audiência com a Defensoria Pública para reclamar da falta de informação, da ordem das desapropriações, o valor dos laudos apresentados e a falta da divulgação da tabela de preço. A SRH garantiu que usaria a sede da associação para prestar todas as informações aos atingidos e que a entidade poderia acompanhar os estudos.

2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA

No dia 13 de maio de 2013 os representantes da associação reforçaram no Ministério Público Federal a denúncia e a agressão que os atingidos vinham sofrendo e solicitaram uma cópia do projeto básico e executivo da obra. Pediram ainda uma visita de campo de analistas periciais para averiguar os aspectos arqueológicos e paleontológicos descritos no EIA/RIMA do CAC. A associação reivindicava um estudo

mais apurado do ambiente físico do distrito, visto que, as obras irão cortar uma área próxima às fontes d'água e cacimbas sem que haja uma garantia de que essas fontes e cacimbas não sequem.

Em junho de 2015 a Associação Rural do Baixio das Palmeiras conseguiu marcar uma audiência na Câmara Municipal de Crato com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará. A principal reivindicação dos atingidos foi a necessidade de uma compensação ambiental nas comunidades atingidas visando a garantia da preservação do patrimônio cultural e ambiental das comunidades, através da criação de um centro cultural, recomposição das paisagens com reflorestamento, criação de projetos produtivos agroecológicos e recuperação das estradas.

Na audiência ficou estabelecido que a SRH faria reuniões sistemáticas nas comunidades atingidas passando todas as informações referentes ao CAC. Entretanto, ocorreu apenas duas reuniões no Baixio das Palmeiras e as negociações mais uma vez passaram a ser realizadas de forma individual.

3. POÇO DANTAS

3.1 INDENIZAÇÕES

Em atividade do Fórum das Águas do Cariri, por volta de maio de 2016, reunião articulada pelo mesmo coletivo, foi notificado pelos próprios moradores que o procedimento das indenizações ocorreu de forma peculiar. Os moradores afirmaram que não tomaram conhecimento de cada item a ser indenizado em suas posses ou propriedade. Bem como o único documento que possuem é a conta no Banco o qual foi depositada o valor das indexações. Relataram também que acharam o valor das indenizações muito baixo, mas como era uma obra do governo e como não sabiam como contestar o valor aceitaram o que lhes foi oferecido.

Relataram também que durante os estudos na área foram causados muitos prejuízos a comunidade e a pessoas em particular. Tais como: quebra de cercas, destruição de vias de acesso da população e utilização de áreas não indenizadas. Quanto as cercas, a população informou que os trabalhadores do CAC passavam derrubando cercas que foram erguidas pelos próprios moradores, sem pedir o consentimento dos mesmos, alegando que em sendo uma obra do governo eles podiam realizar tal conduta. A extensão dessa conduta também atinge áreas utilizadas para o CAC com serventia direta para a obra, mas que não foram indenizadas, nem tampouco consentida seu uso pela Associação. Quanto as vias de acesso a população, a queixa centra-se no fato de que para a realização da obra os trabalhadores vem abrindo e destruindo vias de acesso da sem o devido diálogo com a população.

3.2 ACESSO À AGUA E O CASO DAS CISTERNAS

Na comunidade Poço Dantas a promessa do Cinturão das Águas chega no sentido de levar água para os sertanejos que sofrem com a seca. Contudo, observa-se uma clara contradição quando uma obra que supostamente deve levar água para os necessitados retira o acesso a água das pessoas desapropriadas. Essa é a denúncia que mais chamou atenção do Fórum das Águas do Cariri, por destacar uma consequência grave e imediata do CAC.

Dona Ana, moradora de Poço Dantas, afirma que foi indenizada, mas que o valor de sua indenização não deu para edificar uma nova casa. Afirma que não sabe ao certo quais acessões e benfeitorias foram indenizadas, mas que o montante não foi suficiente para construir uma casa como a que ela tinha antes, até mesmo porque o valor do terreno é alto considerando a importância da indenização. Mas sua maior reclamação consiste no fato de que ela possuía uma cisterna do projeto São José e que em razão da desapropriação essa cisterna não pertence mais a ela, fazendo com que ela precise se deslocar bastante em busca de água. Muitas vezes a mercê da caridade dos vizinhos.

O grande impasse consiste no fato de que como não se sabe ao certo os termos das indenizações realizadas em Poço Dantas (já que não forneceram o laudo de avaliação do imóvel), não se tem como determinar se as cisternas entraram na importância dos valores indenizatórios suficientes para que Dona Ana e outros impactados pelo Cinturão das Águas construíssem novas cisternas.

Caso as cisternas não tenham entrado no computo da indenização, já que Dona Ana foi beneficiária desse projeto deveria ao mínimo ser realocada ou construída uma nova cisterna em sua nova moradia. Afinal, uma obra que vem sobre o discurso de trazer água para os nordestinos não deveria deixá-los sem o devido acesso a esse bem.

4 ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL

4.1 DANOS MATERIAIS COLETIVOS

No Assentamento 10 de Abril a denuncia quanto ao CAC centra-se nos danos coletivos matérias oriundos dessa obra. A Associação da comunidade apresenta um relatório de danos e uma tabela de valores (anexo ao documento) aduzindo os prejuízos causados em virtude do desmatamento para a construção de canal e túnel, bem como para a alocação do material da referida obra. Danos esses que se somam a cercas também destruídas e quebradas pelos trabalhadores da obra que em virtude de tal conduta novamente causou prejuízo com o desaparecimento de 5 (cinco) gados do rebanho coletivo.

Outro dano não determinado em valores, mas não menos importante diz respeito ao açude da comunidade que não foi indenizado. Este açude foi construído com as arrecadações dos moradores do assentamento e que agora está sendo usado arbitrariamente para o CAC. Fazendo uso dessa água para molhar estrada, diminuindo as reservas do açude, enquanto que a população necessita dessa água para irrigação na horta e demais cultivos, bem como para os animais.

Ainda sobre o açude, recai uma outra denuncia: qual seja: os trabalhadores do CAC estão realizando orgias em um espaço público e em plena luz do dia, constrangendo os moradores do assentamento na atividade cotidiana com o uso da água.

4.2 QUESTÃO TRABALHISTA

Segue em anexo a esse documento um processo trabalhista movido por moradores do assentamento 10 de abril que foram recrutados para trabalhar nas Obras do CAC, mas que não tiveram suas carteiras assinadas e nem receberam suas verbas trabalhistas até o presente momento conforme a legislação pátria em vigor.

ANEXOS

Fotos e documentos